Justiça e o Desafio de Fazer a Coisa Certa: Uma Reflexão a partir de Michael Sandel

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Marcelo Dhavyd Oliveira Gomes

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

A busca pela justiça sempre esteve no centro do pensamento humano e jurídico. Desde os filósofos da Grécia Antiga, como Aristóteles, até os debates modernos, refletir sobre o que é “justo” representa uma das questões mais profundas da filosofia moral e do Direito. O livro Justiça: O que é fazer a coisa certa, de Michael Sandel, propõe justamente esse exercício: repensar nossos valores, nossas escolhas e as consequências sociais de cada decisão. A obra apresenta dilemas práticos que nos fazem sair da zona de conforto, questionando a moralidade e a legitimidade das leis e ações humanas.
Ao longo do livro, Sandel revisita teorias clássicas — como o utilitarismo, a filosofia kantiana e a visão aristotélica — e mostra como elas podem ser aplicadas a problemas contemporâneos, desde a distribuição de recursos até questões éticas em políticas públicas. Para um estudante de Direito, esse contato com a filosofia moral é essencial, pois ajuda a compreender que o Direito não é apenas um conjunto de normas, mas um campo de disputas de valores, princípios e concepções de bem.
Dessa forma, este trabalho pretende analisar criticamente alguns pontos centrais da obra de Sandel, relacionando-os com a prática jurídica e com o papel do jurista em formação. O objetivo é mostrar que estudar justiça vai além do aspecto teórico, sendo um exercício de cidadania, ética e construção social.

Objetivo

Refletir sobre os principais dilemas apresentados por Michael Sandel em Justiça: O que é fazer a coisa certa e analisar suas contribuições para a formação crítica de estudantes de Direito, destacando a importância da filosofia moral na prática jurídica.

Material e Métodos

O presente trabalho tem como principal fonte de análise o livro Justiça: O que é fazer a coisa certa, de Michael Sandel (2011). A abordagem utilizada foi a leitura crítica e interpretativa da obra, buscando identificar as principais correntes filosóficas apresentadas pelo autor e sua aplicação em contextos jurídicos e sociais.
Além da leitura, foram consultados artigos acadêmicos e materiais complementares que discutem a filosofia da justiça e sua relação com o Direito. O método adotado foi qualitativo, com foco reflexivo e argumentativo, sem a pretensão de esgotar o tema. A estratégia foi selecionar passagens que exemplificam dilemas morais práticos e, a

partir delas, estabelecer conexões com princípios jurídicos como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o bem comum.

O trabalho também se apoia em uma postura hermenêutica, ou seja, interpretativa, na qual as ideias de Sandel são aproximadas do contexto atual do Direito brasileiro e das demandas de uma sociedade plural. O olhar utilizado foi de um estudante em formação, valorizando a simplicidade e a clareza na exposição, mas sem abrir mão da profundidade crítica.

Resultados e Discussão

A leitura do livro evidencia que a noção de justiça não pode ser reduzida a fórmulas matemáticas ou a simples obediência cega à lei. Sandel apresenta o utilitarismo como uma tentativa de medir a felicidade coletiva, mas questiona se maximizar o prazer da maioria pode realmente ser justo, principalmente quando isso implica sacrificar direitos fundamentais de uma minoria. Esse dilema nos remete a discussões jurídicas sobre o princípio da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social.

Outro ponto relevante é a teoria de Kant, que enfatiza a dignidade da pessoa humana e o dever moral acima de qualquer interesse individual ou coletivo. Essa visão tem profunda ligação com a Constituição Federal de 1988, que consagra a dignidade como fundamento do Estado Democrático de Direito. Ao refletirmos sobre os dilemas propostos por Sandel, percebemos que o pensamento kantiano continua essencial para debates atuais, como bioética, direitos fundamentais e a aplicação justa das penas.

Já a visão aristotélica, que associa justiça ao florescimento humano e à busca pelo bem comum, traz um chamado para que o Direito não seja apenas um instrumento de ordem, mas também de promoção da vida boa em sociedade. Isso é particularmente atual no Brasil, onde o acesso desigual a direitos básicos revela que a justiça formal muitas vezes não corresponde à justiça material.

A discussão também evidencia que a formação jurídica deve ir além do tecnicismo. Ser um bom jurista não significa apenas conhecer leis e códigos, mas compreender os valores que sustentam essas normas e como eles impactam a vida das pessoas. Nesse sentido, o livro de Sandel é um convite à prática de um Direito mais humano, consciente e ético.

Conclusão

O estudo do livro Justiça: O que é fazer a coisa certa mostra que a reflexão filosófica é indispensável à formação do estudante de Direito. Sandel demonstra que decidir o que é justo envolve considerar princípios, valores e consequências, e não apenas aplicar mecanicamente a lei. A leitura amplia a visão crítica do futuro jurista, fortalecendo sua capacidade de interpretar e agir com ética em um mundo marcado por dilemas morais e desigualdades. Portanto, pensar justiça é pensar também o papel transformador do Direito na construção de uma sociedade mais digna e igualitária.

Referências

SANDEL, Michael J. Justiça: O que é fazer a coisa certa. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1991.
KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
MILL, John Stuart. Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.